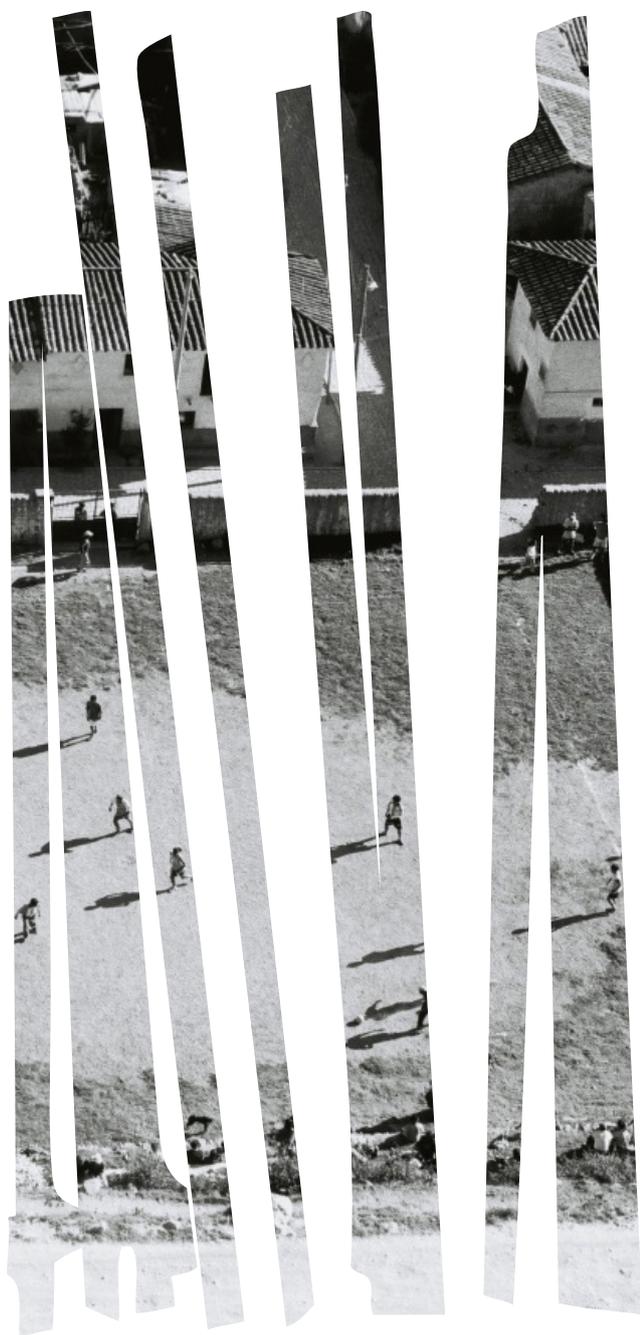


Working Paper No. 86, 2025

**Desigualdades econômicas
em perspectiva histórica**

Notas sobre a teoria dos tempos históricos

Alain El Youssef



Mecila:
Working
Paper
Series

The Mecila Working Paper Series is produced by:

The Maria Sibylla Merian Centre Conviviality-Inequality in Latin America (Mecila), Rua Morgado de Mateus, 615, São Paulo – SP, CEP 04015-051, Brazil.

Executive Editors: Sérgio Costa, Lateinamerika-Institut, Freie Universität Berlin, Germany
Joaquim Toledo Jr., Mecila, São Paulo, Brazil

Editing/Production: Guilherme Bianchi, Joaquim Toledo Jr., Paul Talcott, Vitória Zandonadi

This working paper series is produced as part of the activities of the Maria Sibylla Merian Centre Conviviality-Inequality in Latin America (Mecila) funded by the German Federal Ministry of Research, Technology, and Space (BMFTR).

All working papers are available free of charge on the Centre website: <http://mecila.net>

Printing of library and archival copies courtesy of the Ibero-Amerikanisches Institut, Stiftung Preußischer Kulturbesitz, Berlin, Germany.

Citation: Youssef, Alain El (2025): “Desigualdades econômicas em perspectiva histórica: Notas sobre a teoria dos tempos históricos”, *Mecila Working Paper Series*, No. 86, São Paulo: The Maria Sibylla Merian Centre Conviviality-Inequality in Latin America.

<http://dx.doi.org/10.46877/youssef.2025.86>

Copyright for this edition:

© Alain El Youssef

This work is provided under a Creative Commons 4.0 Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 International License (CC BY-NC-ND 4.0). The text of the license can be read at <https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/legalcode>.

The Maria Sibylla Merian Centre Conviviality-Inequality in Latin America cannot be held responsible for errors or any consequences arising from the use of information contained in this Working Paper; the views and opinions expressed are solely those of the author or authors and do not necessarily reflect those of the Maria Sibylla Merian Centre Conviviality-Inequality in Latin America, its research projects or sponsors.

Inclusion of a paper in the *Mecila Working Paper Series* does not constitute publication and should not limit publication (with permission of the copyright holder or holders) in any other venue.

Cover photo: © Nicolas Wasser

Desigualdades econômicas em perspectiva histórica: Notas sobre a teoria dos tempos históricos

Alain El Youssef

Resumo

O presente texto examina as principais obras que abordaram as desigualdades econômicas desde o fim da Segunda Guerra Mundial com o objetivo de discutir a necessidade de renovação desses estudos. Partindo do pressuposto de que o debate sobre as desigualdades é feito, na maioria das vezes, a partir de uma concepção linear ou utilitária da história, o artigo apresenta algumas ferramentas analíticas que deem conta de incluir nas discussões os múltiplos estratos de tempo que conformam a contemporaneidade. A ideia a ser desenvolvida é que, ao se perpetuarem historicamente, determinadas estruturas do passado impactam a atualidade de maneira significativa e de formas variadas, influenciando as bases das desigualdades do nosso cotidiano. Ao reforçar esses estratos de tempo, o texto também espera contribuir para os estudos que buscam extrapolar as fronteiras teóricas e empíricas do nacionalismo metodológico, em prol de interpretações centradas na ideia de totalidade histórica.

Palavras-chave: desigualdades | multiplicidade dos tempos históricos | totalidade histórica

Sobre o autor

Alain El Youssef é bacharel em história pela USP (2007), com mestrado (2011), doutorado (2019) e pós-doutorado (2023) em história social pela mesma instituição. Possui experiência na área de história, com ênfase em política, diplomacia, tráfico de escravizados, escravidão e abolição no Império do Brasil. É membro do Laboratório de Estudos sobre o Brasil e o Sistema Mundial (Lab-Mundi/USP) e coordenador do grupo de pesquisa “Capital, estado e trabalho: A crise da escravidão negra no longo século XIX”. É autor do livro *Imprensa e escravidão: Política e tráfico de escravos no Império do Brasil (Rio de Janeiro, 1822-1850)* (Intermeios, 2016). Atualmente, desenvolve um projeto de livro voltado à análise do processo abolicionista brasileiro em perspectiva global.

Sumário

| | |
|---|-----------|
| 1. Introdução | 1 |
| 2. A teoria da modernização e a fundação de um paradigma | 2 |
| 3. As críticas ao paradigma da modernização e a incorporação da história | 5 |
| 4. O institucionalismo, os novos estudos sobre a desigualdade e a rejeição da história | 12 |
| 5. A pluralidade dos tempos históricos | 17 |
| 6. Bibliografia | 21 |

1. Introdução

Em 1971, ao compor e gravar a canção “Imagine”, que viria a se tornar um clássico da música pop mundial, John Lennon — então um músico mundialmente famoso por ter feito parte dos Beatles, considerada por muitos a maior banda de rock da história — convidou seus fãs a imaginar um mundo diferente. Na imagem consagrada pela canção, o mundo repartido em países e marcado por guerras, fome e propriedade privada se converteria em um mundo sem divisões políticas, onde prevaleceria a irmandade, o bem-estar das pessoas e a ausência de posses. Em suma, um mundo livre dos principais marcadores das desigualdades que afligiam (e ainda afligem) grande parte da população global.

O que John Lennon transpôs para o âmbito da arte e da indústria cultural guarda notáveis semelhanças com a abordagem que alguns cientistas sociais e economistas vêm adotando há algumas décadas no estudo das desigualdades. Além de identificar e explicar as diversas formas de desigualdade que afetam localidades específicas ou o mundo como um todo, investigadores de distintas áreas passaram a propor — ou a imaginar, tal qual John Lennon — soluções para esses problemas. Foi dessa maneira que uma série de trabalhos sobre desigualdades extrapolou o debate acadêmico, alcançando relevância social graças à sua capacidade de orientar projetos estatais e políticas públicas voltadas à construção de uma sociedade mais justa.

Este texto não pretende esgotar a análise de todos esses trabalhos — uma tarefa, por si só, iníqua e inócua. Centrado nos principais estudos sobre as desigualdades econômicas globais desde o pós-Segunda Guerra Mundial, ele busca examinar as perspectivas e os usos da história que nortearam a produção das mais importantes correntes de pensamento responsáveis por refletir, direta ou indiretamente, sobre as desigualdades econômicas globais. Ao percorrer obras essenciais da teoria da modernização, da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), da Teoria da Dependência, da perspectiva de sistema-mundo, do institucionalismo e dos novos estudos sobre a desigualdade, o texto se concentrará nas concepções de história, nas unidades de análise e nas premissas adotadas pelos autores selecionados.

Com base nesse apanhado das produções acadêmicas, o presente artigo tem como objetivo analisar o tema à luz da teoria dos tempos históricos desenvolvida por Fernand Braudel e Reinhart Koselleck. Partindo do pressuposto de que a discussão sobre as desigualdades é com frequência conduzida a partir de uma concepção linear ou utilitária da história, o texto apresenta ferramentas analíticas que procuram incorporar ao debate acadêmico os múltiplos estratos de tempo que conformam a contemporaneidade. A ideia a ser desenvolvida é que, ao se perpetuar historicamente, determinadas estruturas do passado impactam a atualidade de forma significativa e de

maneiras variadas, moldando as estruturas que sustentam as desigualdades do nosso cotidiano. Ao reforçar esses estratos de tempo, o texto também espera contribuir com os estudos que buscam extrapolar as fronteiras teóricas e empíricas do nacionalismo metodológico, em prol de interpretações centradas na perspectiva do desenvolvimento desigual e combinado das sociedades globais.

Para tanto, o texto foi dividido em quatro partes. Na primeira, analiso como a teoria da modernização foi capaz de estabelecer um paradigma que serviu de referência para os estudos subsequentes sobre as desigualdades. Na segunda, exponho as críticas à teoria da modernização para mostrar como elas apresentaram uma nova abordagem, constituída pela incorporação da História às análises sobre as desigualdades e pela formulação de modelos teóricos que buscaram superar o nacionalismo metodológico das interpretações canônicas até então. Na terceira parte, demonstro como o institucionalismo e os novos estudos quantitativos de Thomas Piketty retomaram as interpretações centradas nos estados nacionais, fazendo um uso utilitarista e seletivo da história. Por fim, na última parte, delineio uma proposta analítica para escapar dos problemas identificados na bibliografia sobre o tema. Conforme já mencionado, ela está centrada na ideia de que os estudos sobre a desigualdade devem incorporar a teoria da multiplicidade dos tempos históricos para que o debate avance e possa recair sobre as relações entre passado e presente no mundo contemporâneo.

2. A teoria da modernização e a fundação de um paradigma

Estudos com foco direto e indireto no problema das desigualdades econômicas existem, pelo menos, desde a publicação de *A riqueza das nações*, de Adam Smith (Smith 2016 [1776]). Ainda assim, a partir do último quartel do século XIX, a progressiva especialização das disciplinas no âmbito das ciências humanas fez com que essa bibliografia se concentrasse sobretudo na sociologia e na economia. O premiado trabalho de John M. Keynes, que fundamentou o New Deal de Franklin Delano Roosevelt na década de 1930, talvez seja um dos exemplos notáveis nesse sentido (Keynes 1935). No entanto, foi somente depois da Segunda Guerra Mundial que esse tipo de investigação experimentou um verdadeiro *boom*. Durante a Guerra Fria, as ciências sociais da Europa e dos Estados Unidos foram inundadas pela chamada teoria da modernização, que conjugava um enquadramento intelectual multidisciplinar a um objetivo político muito alinhado à hegemonia global dos Estados Unidos.

A premissa que serviu de guia para o trabalho de sociólogos e economistas de renome como Talcott Parsons, Gabriel Almond, Lucian Pye e Walt Rostow era de que sociedades “tradicionais” e “modernas” eram profundamente distintas em sua natureza. Enquanto a cultura e a religião delimitavam os valores, as ideias, a economia

e as organizações políticas das sociedades tradicionais, nas modernas o avanço do capitalismo, a formação de complexas burocracias e a proliferação de instituições teriam potencializado a ação dos indivíduos, promovendo o crescimento econômico e, por consequência, a mobilidade social. Tomando sobretudo a Grã-Bretanha e os Estados Unidos como modelos históricos, os ideólogos da teoria da modernização estabeleceram o desenvolvimento econômico e a adoção da democracia liberal como pilares da transformação social das nações. Em outras palavras, para se modernizar, os demais países deveriam emular as experiências históricas das potências dos séculos XIX e XX (Latham 2011: 10–35).

Para tanto, os teóricos da modernização defenderam a adoção de um conjunto de medidas que articulava transformações sociais, políticas e econômicas nas nações de sociedade tradicional. Na visão deles, essa seria a forma de acelerar o curso da história e de garantir a segurança dos Estados Unidos no cenário internacional, evitando a implementação do socialismo mundo afora, sobretudo nos países nascidos do processo de descolonização. Com o apoio do governo norte-americano e de prestigiadas instituições de ensino e pesquisa do país (como Harvard, MIT e Universidade de Chicago), diversos cientistas desenvolveram um modelo teórico e uma agenda política que tinham como objetivo aliviar a pobreza, elevar os índices de educação e diminuir o sofrimento humano. Desse modo, como observou Michael Latham, os cientistas sociais e economistas norte-americanos buscaram propiciar as condições para o que eles consideravam “o tipo certo de revolução” – em clara oposição à revolução comunista (Latham 2011: 1–64).

Provavelmente, nenhum autor sintetizou tão bem esse tipo de pensamento quanto Walt Rostow. Em *The Stages of Economic Growth: A Non-Communist Manifesto*, o economista norte-americano valeu-se dos exemplos históricos da Europa e dos Estados Unidos para demonstrar como todos os países com sociedades “tradicionais” poderiam trilhar o caminho percorrido por uma série de nações do Atlântico Norte (Rostow 1960). Nesse percurso, os países deveriam galgar determinadas etapas do desenvolvimento, consideradas universais: da sociedade tradicional (primeira etapa), eles passariam para um estágio caracterizado por condições prévias de arranque, marcado por inovações tecnológicas e investimentos em infraestrutura; para alcançar a terceira etapa, a do *take-off* (decolagem), a economia desses países deveria crescer de forma acelerada, sob o impulso de um ou mais setores industriais; ao atingir a “maturidade”, tais economias experimentariam a expansão do crescimento industrial para outros setores, com o aumento do consumo interno e investimentos em áreas como a educação; por fim, na quinta e última fase, uma verdadeira “era de alto consumo de massas”, a economia atingiria um patamar que lhe conferiria a capacidade de prover as necessidades básicas de boa parte da população, voltando-

se para a produção de bens de consumo duráveis e para a melhoria dos serviços (Rostow 1960: 4–16).

Para entender plenamente esse quadro interpretativo geral, convém destacar algumas premissas que orientaram o pensamento de Rostow. Logo no primeiro parágrafo de seu livro, o autor deixou claro que o propósito da obra consistia em “generalizar a abrangência da história moderna” sob a perspectiva de um “historiador econômico” (Rostow 1960: 1, tradução do autor). A abordagem de Rostow esteve, portanto, profundamente calcada na história, mas em um tipo bastante específico de história. Partindo da análise de um conjunto de casos nacionais — notadamente, dos países com economias “modernas” do Atlântico Norte —, o autor propôs-se a construir uma “teoria sobre o crescimento econômico e uma teoria mais geral, ainda que altamente parcial, sobre a história moderna em sua totalidade” (Rostow 1960: 1, tradução do autor).

O resultado, como destacado acima, foi uma espécie de prescrição, cujo propósito era “romper com a história de cada economia nacional — e algumas vezes com a história regional” (Rostow 1960: 1, tradução do autor). O ponto central, portanto, passa por tentar entender se o autor obteve êxito nessa tarefa, o que exige examinar as condições necessárias para um país passar de uma economia tradicional para uma moderna. Analisando em detalhes, notamos que Rostow não se desvincilhou do nacionalismo metodológico, uma vez que quase todas as condições destacadas para o crescimento econômico são endógenas: nas sociedades tradicionais, os recursos são destinados à agricultura de subsistência; nas pré-condições para o *take-off*, há um avanço na agricultura impulsionado pela ciência e pela construção de um estado nacional, que, juntos, promovem a expansão do comércio (único elemento não exclusivamente endógeno do modelo); no *take-off*, registra-se um elevado crescimento industrial, com aumento significativo do investimento e da produtividade interna; na maturidade, ocorre um crescimento sustentado, com a economia nacional encontrando “seu lugar na economia internacional”; e na era de alto consumo de massas o ponto de chegada é a formação de um estado de bem-estar social. Em outras palavras, o modelo de Rostow é constituído por uma totalidade circunscrita à esfera do estado nacional, uma vez que o desenvolvimento deriva de condições econômicas, políticas e sociais puramente internas (Rostow 1960: 1, 9).

Isso nos remete mais uma vez à concepção de história que o economista emprega em seu trabalho. Em *The Stages of Economic Growth*, a história tem início no século XVII — o período anterior é homogeneizado pelo conceito de “tradicional”, no qual inexistem transformações econômicas significativas — e sua função é meramente utilitarista. Ao fim e ao cabo, ela serve para “oferecer casos mistos e puros” aos investigadores (Rostow 1960: 36, tradução do autor). A partir dos exemplos da Grã-Bretanha no século

XIX e dos Estados Unidos no século XX, o autor traça o destino dos demais países que pretendem modernizar suas economias, ignorando de todo as condições históricas, locais e globais, que possibilitariam essa trajetória. Em paralelo com o pensamento posterior de Francis Fukuyama, seria possível afirmar que, para Rostow, a história de todas as nações teria um fim. Seguindo a receita proposta por ele, os estados com economias tradicionais poderiam seguir o caminho do Atlântico Norte, estabelecendo suas bases industriais e modernizando suas instituições e sua sociedade. Quando todos os países atingissem a era do alto consumo de massas, implementassem um estado de bem-estar social e tivessem uma sociedade com mobilidade social, os processos históricos cumpririam seu propósito e, por consequência, a própria história propugnada pelo autor terminaria (Latham 2011; Fukuyama 1992).

Dessa forma, a síntese neoliberal de Rostow estabeleceu, ao lado das demais publicações dos teóricos da modernização, um novo paradigma para as ciências humanas. Se a industrialização havia acentuado as desigualdades globais, caberia a ela mesma resolver tais problemas. Para tanto, bastaria que os países de economia tradicional mobilizassem seus esforços, emulando a trajetória das nações modernas. Nessa visão de mundo profundamente a-histórica, que ignora tanto as conjunturas e estruturas quanto o lugar que cada país ocupa na economia global e as relações de poder do sistema interestatal, a responsabilidade pelo sucesso e pelo fracasso de cada país recaía, sobretudo, sobre sua sociedade, seus agentes econômicos e seus estadistas.

3. As críticas ao paradigma da modernização e a incorporação da história

Apesar do estrondoso sucesso em escala global, influenciando uma quantidade relevante de estudos sobre a desigualdade econômica, o paradigma da modernização enfrentou críticas nas décadas seguintes. No fim da década de 1940 e início da de 1950, outras perspectivas começaram a ser desenvolvidas por pesquisadores de matrizes teóricas variadas, especialmente por aqueles provenientes ou com passagens pelo Sul Global. Tímido no início, esse movimento ganhou força na década de 1960, com importantes publicações originárias da América do Sul ou inspiradas em seus teóricos.

Um dos principais epicentros dessas críticas à teoria da modernização foi, sem dúvida, a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal). Nessa instituição, criada em 1948 pela Organização das Nações Unidas (ONU) para promover a cooperação econômica entre os países membros, diversos pesquisadores se encarregaram da formulação de projetos voltados para o desenvolvimento econômico da América Latina. No cenário do pós-guerra, a industrialização das principais nações latino-americanas

em condições relativamente normais — ou seja, sem as duas grandes guerras, que haviam favorecido uma industrialização por substituição de importações na América Latina — entrou para o centro do debate econômico, gerando muitas consequências para Rostow e seus colegas dos principais centros universitários norte-americanos.

Raul Prebisch foi, muito provavelmente, o primeiro autor a questionar o modelo da teoria da modernização. No exercício do cargo de consultor da Cepal — instituição que viria a dirigir por mais de uma década —, ele redigiu e apresentou em 1949 o artigo “O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus principais problemas”, texto que se tornaria um marco, a ponto de ser chamado por Albert Hirschman de “Manifesto Latino-Americano”. Nesse texto, Prebisch propôs uma “perspectiva de conjunto” sobre o desenvolvimento econômico regional, com reflexões baseadas na “experiência direta da vida econômica latino-americana”, e não na “experiência particular dos grandes centros da economia mundial”, como havia feito Rostow (Prebisch 2011 [1949]: 96).

Mesmo com essa importante diferença, o ponto de partida de Prebisch e Rostow apresentava convergências. Prebisch reconheceu, de início, que o comércio exterior da América Latina oferecia a possibilidade de acumulação de capitais, condição *sine qua non* para a industrialização dos países da região. No entanto, as semelhanças terminam aí, sobretudo porque Prebisch inseriu, ainda que de forma incipiente, uma perspectiva histórica em sua análise. Para o autor, os países latino-americanos não poderiam seguir a fórmula de desenvolvimento dos países do centro porque as condições históricas do pós-guerra divergiam profundamente das do século XIX. Os motivos eram dos mais variados: deterioração dos termos de troca, transferência de parte considerável dos frutos do progresso técnico da América Latina para os Estados Unidos e a Europa, disparidade entre as rendas per capita no centro e na periferia, condições desfavoráveis para os países periféricos acumularem ouro etc. — fatores que remetiam invariavelmente à “nova realidade” das nações latino-americanas. Assim, Prebisch propugnou que, sem exceção, os países da região deveriam se adaptar à política protecionista dos Estados Unidos — oposta à política de livre-cambismo adotada pela Grã-Bretanha ao longo do século XIX —, uma vez que o desenvolvimento da periferia estaria necessariamente entrelaçado aos caminhos do “centro cíclico principal” (Prebisch 2011 [1949]: 109-111).

Nesse processo, o estado adquiria um papel fundamental. Caberia a ele, segundo Prebisch, a complexa tarefa de conduzir o desenvolvimento, com o cuidado de minimizar os processos inflacionários, comuns nas fases de grandes investimentos. Nesse sentido, uma de suas principais funções consistia em “mudar a composição das importações”, de modo a priorizar “artigos e matérias-primas indispensáveis para alcançar o máximo de emprego com o mínimo de exportações e assegurar, ao

mesmo tempo, a satisfação das necessidades correntes” (Prebisch 2011 [1949]: 134 e 141). Aliada a uma estratégia que buscasse desenvolver indústrias inexistentes nos centros econômicos, essa política seria capaz, segundo o autor, de romper alguns limites responsáveis por atrasar o desenvolvimento econômico da América Latina, diminuindo sua vulnerabilidade em relação às flutuações e às contingências do “centro cíclico principal”. Dessa forma, o objetivo social da industrialização — a elevação do nível de vida da população — correria menos riscos de sofrer retrocessos em momentos de crises econômicas (Prebisch 2011 [1949], 138-149).

Nos anos seguintes, o movimento iniciado por Prebisch seria ampliado, em muitos sentidos, por Celso Furtado. Em sua primeira contribuição de fôlego ao debate, no hoje clássico *Formação econômica do Brasil*, o autor incorporou uma perspectiva histórica de longa duração às formulações do então presidente da Cepal. Ao recuar a análise econômica para o século XVI, Furtado conseguiu identificar com mais clareza os elementos estruturais que condicionaram o desenvolvimento econômico brasileiro. Por mais que tenha analisado a economia em termos nacionais, o autor, sempre que possível, se esquivou do nacionalismo metodológico que balizou a teoria da modernização. Em diversas partes de sua obra — seja para analisar as causas da decadência da economia açucareira, seja para interpretar o descompasso econômico entre Brasil e Estados Unidos, seja para compreender a substituição da mão de obra escrava para a livre —, Furtado recorreu a uma unidade de análise mais ampla que a América portuguesa ou o Brasil, estabelecendo comparações ou considerando a inserção da economia brasileira na economia mundial (Furtado 2000 [1958]).

Foi da adoção desses procedimentos metodológicos que decorreram as principais ideias do livro: a de que a “ocupação econômica das terras americanas” foi, desde o início, parte constituinte da “expansão comercial da Europa” (Furtado 2000 [1958]: 3); a de que o êxito da economia açucareira no século XVI possibilitou a “continuidade da presença dos portugueses” na América (Furtado 2000 [1958]: 9); a de que a “evolução” da América portuguesa a partir do século XVII foi profundamente marcada pela posição periférica de Portugal no quadro geopolítico europeu, fato que propiciou a vinculação da colônia à “economia inglesa” (Furtado 2000 [1958]: 29); a de que a economia mineradora, “por meio de seus efeitos indiretos, permitiu que se articulassem as diferentes regiões do sul do país”, mesmo que o desenvolvimento do mercado interno tenha sido “praticamente nulo” (Furtado 2000 [1958]: 31); a de que nos três primeiros quartos do século XIX o Brasil não conseguiu “integrar-se nas correntes em expansão do comércio mundial”, criando um descompasso em relação a outros países, como os Estados Unidos (Furtado 2000 [1958]: 81, 84); a de que o desenvolvimento impulsionado pela economia cafeeira “não se estendeu a todo o território do país” (Furtado 2000 [1958]: 153); e a de que a primeira metade do século

XX trouxe como principal novidade a “progressiva emergência de um sistema cujo principal centro dinâmico é o mercado interno” (Furtado 2000 [1958]: 245).

Celso Furtado ainda ampliaria essa perspectiva nos anos seguintes. Ao passar para uma abordagem de dimensão mais teórica, tanto em *Desenvolvimento e subdesenvolvimento* quanto em *Teoria e política do desenvolvimento econômico*, ele retomou a integração entre método histórico e análise econômica para compreender as origens da economia industrial (Furtado 2009 [1961], 2000 [1967]). Essa abordagem histórica, no entanto, nunca foi consensual dentro da Cepal. Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, por exemplo, apesar da preocupação em combinar um enfoque estrutural com uma interpretação que enfatizasse os “processos históricos”, praticamente ignoraram a história em *Dependencia y desarrollo en America Latina* (Cardoso e Faletto 1969: 17-22). Embora tenham reconhecido que “a situação de subdesenvolvimento foi produzida historicamente”, sua análise centrada nos componentes políticos e sociais do desenvolvimento da América Latina pouco avançou sobre o passado, salvo raras considerações sobre o século XIX, relacionadas aos processos de independência da região (Cardoso e Faletto 1969, 23).

Como é possível observar, ao contrário dos teóricos da modernização, o uso mais aprofundado da história permitiu aos cepalinos compreender o subdesenvolvimento como uma espécie de estrutura produzida na longa duração das interações econômicas, políticas e sociais do sistema capitalista global, e não como uma etapa para o desenvolvimento. Ainda assim, essa linha de pensamento compartilhava uma premissa muito cara à teoria da modernização: a industrialização como caminho para os países subdesenvolvidos alcançarem um patamar de desenvolvimento econômico e social semelhante ao dos países hegemônicos. No final das contas, o pensamento cepalino se concentrou na busca por soluções que permitissem uma mudança estrutural, ainda que dentro do sistema capitalista.

A principal divergência entre os cepalinos e o grupo de teóricos mais radicais da Teoria da Dependência, que reunia um ex-aluno da Universidade de Chicago — André Gunder Frank — e membros da militância radical de esquerda da Universidade de Brasília — Theotônio dos Santos, Ruy Mauro Marini e Vânia Bambirra —, reside justamente nesse ponto. Além da crítica ao etapismo da teoria da modernização, compartilhada pelos cepalinos, Gunder Frank e os demais pesquisadores dessa vertente questionaram os limites da proposta de industrialização estimulada pelo estado e de seu pré-requisito sociopolítico (a aliança com as burguesias nacionais). Partindo do marxismo para explicar o funcionamento das sociedades periféricas, eles conceberam a economia capitalista como uma totalidade integrada, no qual o desenvolvimento de alguns países estava profundamente articulado ao subdesenvolvimento de outros — condição sintetizada pelo termo “desenvolvimento do subdesenvolvimento”, cunhado

por Gunder Frank. Portanto, se o subdesenvolvimento era inerente ao próprio sistema capitalista, a solução para o problema só poderia residir no rompimento com esse mesmo sistema. Como sintetizou Gunder Frank, a “burguesia nacional” não poderia “oferecer qualquer saída para o subdesenvolvimento da América Latina” (Gunder Frank 1967: 15, tradução do autor).

A despeito da vasta produção acadêmica desse grupo, a principal expressão da versão radical da teoria da dependência foi formulada por André Gunder Frank. No livro *Underdevelopment and Capitalism in Latin America*, o autor propôs um modelo de análise centrado na ideia de que, em cada período histórico, o sistema capitalista é composto de uma “metrópole global” e sua “classe governante”, integrados a “satélites nacionais e internacionais e seus líderes” (Gunder Frank 1967: 174-175, tradução do autor). Dessa relação derivavam quatro características principais do modelo: 1) estreitos vínculos econômicos, políticos, sociais e culturais entre metrópole e satélites, resultando em uma total integração do sistema capitalista; 2) estrutura monopolista do sistema, que leva a uma situação de monopólio de poder do satélite sobre as metrópoles; 3) uso indevido e mau direcionamento dos recursos disponíveis no sistema; e 4) expropriação de excedente econômico por parte da metrópole ou até pelos próprios satélites (que, apesar da sua posição subalterna, também funcionam como metrópole em relação a outras regiões que atuam como seus satélites) (Gunder Frank 1967: 173-178).

Além de pensar uma totalidade que extrapola a dimensão dos estados nacionais, o modelo de Gunder Frank se aprofundou na história quase na mesma intensidade que o de Celso Furtado. Essa escolha conferiu mobilidade ao sistema, na medida em que o deixou aberto para incorporar as transformações do sistema mundial ao longo do tempo. Com isso, Gunder Frank passou a entender a expansão cada vez mais acelerada do sistema capitalista — da Europa até o restante do globo —, suas mudanças — do capitalismo comercial ao industrial —, as tendências estruturais de desenvolvimento da metrópole e de subdesenvolvimento dos satélites, e as flutuações que possibilitaram as mudanças de satélites em cada período histórico (de Veneza aos Estados Unidos, passando por Holanda e Grã-Bretanha). A partir desse referencial, o autor analisou os casos históricos do Chile e do Brasil com o intuito de comprovar uma série de teses, sendo a principal delas a de que os vínculos desses locais com a metrópole global (tanto no período colonial quanto no nacional) produziram e consolidaram seu subdesenvolvimento — processo que contou com a participação ativa das burguesias nacionais, que se valiam da exploração da população para perpetuar a lógica do sistema mundial. Por isso — e aqui reside a principal diferença entre Gunder Frank e seus antecessores cepalinos —, apenas o fim do capitalismo

ou a adoção do comunismo criariam as condições para o verdadeiro desenvolvimento dos países latino-americanos (Gunder Frank 1967: 27-145 e 173-246).

Com essas inovações teóricas e empíricas, tanto os cepalinos quanto os teóricos da dependência tiveram um impacto significativo na Europa e nos Estados Unidos, tornando-se, muito provavelmente, os autores do Sul Global mais influentes na academia do hemisfério Norte em todo o século XX (Ruvituso, 2020). Isso pode ser facilmente observado em muitos dos elementos que conformaram as bases da perspectiva do sistema-mundo, desenvolvida por Immanuel Wallerstein e Terence Hopkins na década de 1970. Partindo de uma crítica aos teóricos da modernização e ao nacionalismo metodológico, os sociólogos norte-americanos defenderam a adoção de uma nova perspectiva para compreender as mudanças sociais desde a época moderna. Segundo eles, a arena na qual as lutas sociais e as mudanças ocorrem não é a “sociedade” em abstrato nem os estados nacionais, mas o “moderno sistema-mundo”. Formado a partir da crise do feudalismo, esse sistema-mundo teria surgido de forma mais bem acabada no “longo século XVI”, conjugando a nascente economia-mundo capitalista a um sistema interestatal e a uma divisão internacional do trabalho. De maneira bastante simplificada, esse sistema seria composto de centros, periferias e semiperiferias, em cada um dos quais prevaleceriam diferentes formas de trabalho: respectivamente, o trabalho livre, a escravidão e o *sharecropping* (Hopkins e Wallerstein 1977; Wallerstein 2000 [1974]).

Em que pesem essas características mais estruturais, Hopkins e Wallerstein desenvolveram um modelo interpretativo aberto às transformações geo-históricas. Embora o sistema esteja estruturado pelas relações entre centro, periferia e semiperiferia, a integração entre essas partes varia consideravelmente ao longo do tempo. Em seus cinco séculos de existência, o sistema-mundo passou por uma expansão significativa. Por meio de um processo sistêmico de incorporação das regiões do planeta que permaneciam externas à sua dinâmica, ele teria se expandido para além da Europa — seu local de formação —, integrando todos os rincões do globo no século XX. Além de periferizar as novas zonas incorporadas, essa expansão resultou num conjunto de transformações em todo o sistema, que afetaram igualmente o centro, intensificando as disputas na economia-mundo e no sistema interestatal, além de alterar os termos da divisão internacional do trabalho (Hopkins e Wallerstein 1977).

Segundo os autores, essa expansão geográfica não ocorreu de forma linear, mas pela combinação de tendências seculares e de movimentos cíclicos. Se a expansão, como forma de desenvolvimento do sistema, fez parte da “essência da economia-mundo capitalista como um todo”, houve períodos em que ela transcorreu de forma acelerada (1450-1520, 1620-1660, 1750-1815, 1880-1900) (Hopkins e Wallerstein 1977: 125,

tradução do autor). Geralmente, esses momentos coincidiram com situações de rivalidade, nas quais não é possível identificar um estado nacional dominante. No entanto, quando os ciclos de expansão retornaram aos padrões seculares, na maioria das vezes ocorreu um breve período de hegemonia, com um estado do centro liderando as demais nações graças ao seu desempenho nos principais setores econômicos — produção, comércio e finanças. De acordo com Hopkins e Wallerstein, isso teria ocorrido apenas em três ocasiões: com as Províncias Unidas, entre 1625-50 e 1672; com a Grã-Bretanha, entre 1815-1850 e 1873; e com os Estados Unidos entre 1845 e 1867 (Wallerstein 2011: 130).

Para os sociólogos em questão, é, portanto, desse sistema integrado que deriva a desigualdade global e sua reprodução ao longo do tempo. A incorporação de regiões ao sistema-mundo — de maneira periférica, como já mencionado — faz com que cada uma de suas unidades se especialize na produção de determinadas *commodities*. Essa integração, no entanto, é profundamente desigual, tanto em termos de relações de poder quanto em termos econômicos. As produções de cada região não recebem as mesmas recompensas, fazendo com que o centro do sistema leve vantagem nas relações de troca — fato com importantes implicações políticas e sociais. Embora as condições tenham variado ao longo da história, “o centro sempre se especializou em atividades de mão de obra altamente mecanizada, de alta lucratividade, com altos salários e altamente qualificada”, enquanto a periferia se concentrou mais em “atividades agrícolas e de mineração” e a semiperiferia apresentou uma combinação de ambas as características. Com isso se explica a analogia utilizada por Hopkins e Wallerstein, que associaram o sistema-mundo a um “sistema de ‘estratificação’” (Hopkins e Wallerstein 1977: 128, tradução do autor).

Como mencionado, o conjunto dos escritos da Cepal, da teoria da dependência e da perspectiva de sistema-mundo colocou o paradigma dos teóricos da modernização de ponta-cabeça. No lugar do nacionalismo metodológico, os pensadores mais à esquerda postularam uma unidade de análise mais ampla, que variou entre um conjunto regional e a noção de um sistema-mundo em expansão. E, em vez de um modelo a-histórico, incapaz de considerar quaisquer condições conjunturais ou estruturais, eles mergulharam a fundo na história, analisando eventos, situações e processos que conectavam a história de uma colônia ou de um país a uma história mais geral. Dessa forma, as desigualdades passaram a ser vistas como elementos de longa duração, formados historicamente a partir das relações intrínsecas entre os países. Nesse novo paradigma, o desenvolvimento deixou de ser visto como uma etapa e passou a ser entendido como uma estrutura fundada em relações sistêmicas. Isso, no entanto, só se tornou possível pela incorporação de uma visão mais substantiva da história, calcada na ideia de longa duração.

4. O institucionalismo, os novos estudos sobre a desigualdade e a rejeição da História

Desde a publicação dos livros de Wallerstein, que mobilizaram uma série de debates no campo da sociologia histórica e da historiografia, a produção acadêmica sobre as desigualdades econômicas passou por uma série de transformações. Enquanto a perspectiva do sistema-mundo ganhou notoriedade com diversos estudos no Fernand Braudel Center, da Universidade de Binghamton (Arrighi 1994; McMichael 1984; Tomich 2004), a situação política das décadas de 1960 e 1970 dificultou o trabalho de dependentistas e cepalinos. A instauração de ditaduras na América Latina dispersou os pesquisadores latino-americanos pelo mundo, ao mesmo tempo que a ascensão de regimes neoliberais nos Estados Unidos e na Europa fortaleceu abordagens mais conservadoras, como a da Escola de Chicago, que prometiam eliminar as desigualdades retirando o estado das trocas econômicas (Wasserman 2017, 87-101).

No estudo sobre o desenvolvimento econômico, a escola institucionalista ganhou destaque, sobretudo na figura de Douglas C. North. Em 1971, o economista norte-americano publicou, em conjunto com Robert Paul Thomas, *The Rise of the Western World: A New Economic History*. Na interpretação dos autores, a chave para a ascensão econômica do Ocidente residia em sua “organização econômica eficiente”, ou seja, no estabelecimento de “arranjos institucionais” e “direitos de propriedade” que, em conjunto, criaram incentivos econômicos individuais. Esses incentivos, ao estimularem o investimento, a inovação e a exploração de oportunidades de produção e comércio, formaram as condições para o desenvolvimento econômico de determinados países, aumentando sua eficiência e reduzindo seus custos de produção (North e Thomas 1973: i–iii).

Embora North e Thomas estivessem preocupados com o desenvolvimento do “Ocidente”, seu enquadramento se limitou inteiramente ao estado nacional. Não é à toa que o principal exemplo histórico utilizado pelos autores foi a Grã-Bretanha. Longe de ser uma economia estática, na qual os recursos são alocados de forma ineficiente, ela seria o caso mais bem-sucedido de uma economia dinâmica, visto que o estado britânico garantiu estabilidade política e proporcionou incentivos econômicos desde a Revolução Gloriosa (1688), colhendo os frutos na Revolução Industrial. No livro seguinte, *Structure and Change in Economic History*, North complementaria essa ideia com o conceito de “dependência da trajetória” (*path dependence*) para demonstrar como decisões institucionais tomadas em determinados momentos históricos apresentam impactos duradouros, ora restringindo, ora favorecendo desenvolvimentos econômicos futuros (North 1981).

A partir dessa teoria, North fincou as bases de uma duradoura tradição nos estudos sobre as desigualdades, que viria a ser coroada com alguns prêmios Nobel de economia. O institucionalismo que norteou sua análise permanece, desde então, bastante influente no meio acadêmico norte-americano, tendo recebido uma série de aprimoramentos posteriores. Dentre eles, o principal talvez tenha sido capitaneado por Stanley Engerman e Kenneth Sokoloff na década de 1990. Em *Economic Development in the Americas since 1500*, os autores buscaram incorporar a noção de “dotações naturais” (*natural endowments*) ao institucionalismo de North, com o propósito de explicar as diferenças no desenvolvimento econômico entre a América do Norte e a América Latina. O argumento central do livro reside na ideia de que as instituições criadas e desenvolvidas desde o processo de colonização dessas regiões — sufrágio, educação, taxaço, bancos, finanças e política agrária — foram, em certa medida, moldadas pelas dotações naturais (recursos naturais, densidade da população indígena, acesso ao abastecimento de água e características topográficas) existentes no momento da chegada dos europeus à América (Engerman e Sokoloff, 2012: 5 e 8).

Com base nesse enquadramento, Engerman e Sokoloff observaram que as regiões com recursos e população abundantes durante o período colonial, ou seja, com condições favoráveis para a produção de *commodities*, desenvolveram instituições mais excludentes, que reforçavam a concentração de terras e riquezas por uma série de aparatos políticos e jurídicos. Em contraste, as regiões com recursos mais escassos e população menos densa acabaram criando instituições mais inclusivas, que promoviam uma maior igualdade de oportunidades. Enquanto as instituições excludentes (da América Latina) limitavam o acesso à educação, à participação política e aos recursos necessários para produzir e comercializar, dificultando o desenvolvimento econômico e a inovação, as inclusivas (da América do Norte) teriam proporcionado o oposto. Como essas instituições mostraram uma persistência notável ao longo do tempo, os autores concluíram que a superação da desigualdade e a promoção do desenvolvimento econômico na América Latina apenas poderiam advir de reformas institucionais profundas, capazes de romper com esses legados coloniais (Engerman e Sokoloff 2012: 341-359).

Outra interpretação no campo do institucionalismo, mais abrangente em termos geográficos, foi dada por Daron Acemoglu e James Robinson. Em seu premiado *Por que as nações fracassam*, os autores buscaram entender as razões da “imensa diferença de renda e de padrões de vida” entre países ricos e pobres. Assim como os demais institucionalistas, a resposta dos autores passou pela história ou, mais precisamente, pela premissa de que, “depois que uma sociedade se organiza, o modelo de organização tende a persistir”. A diferença, nesse caso, é que para Acemoglu e

Robinson, as instituições econômicas não são capazes de definir sozinhas o destino de uma nação, pois são as “instituições políticas que determinam quais instituições econômicas um país possui”. (Acemoglu e Robinson 2022: 1, 37 e 39). Portanto, o sucesso ou o fracasso econômico de um país decorre da relação entre política e economia, ambas em perspectiva histórica.

É nesse ponto que reside o argumento central dos economistas. Segundo eles, há dois tipos de instituições econômicas: as “inclusivas”, que “permitem e estimulam a participação de seu povo em atividades econômicas que fazem o melhor uso de seus talentos e habilidades e permitem que os indivíduos façam as escolhas que desejarem”; e as “extrativas”, “concebidas para extrair receita e riqueza de uma parte da sociedade a fim de beneficiar outra”. Como as primeiras — inclusivas — geralmente derivam de “instituições políticas inclusivas” e as últimas — exclusivas — “naturalmente acompanham instituições políticas extrativistas”, é dessa relação que, de acordo com Acemoglu e Robinson, decorre o sucesso ou o fracasso das nações. Salvo algumas exceções, “o crescimento econômico e a prosperidade estão associados a instituições políticas e econômicas inclusivas, ao passo que instituições extrativistas tradicionalmente levam à estagnação e à pobreza” (Acemoglu e Robinson 2022: 67, 69 e 82).¹

Apesar das crescentes incursões à história que os estudos institucionalistas apresentam, é importante ressaltar que seu uso está repleto de problemas. Conforme observaram Leonardo Marques e Tâmis Parron, os autores dessa escola recaem em um dos sete pecados capitais da literatura sobre desigualdades: o de contar histórias, em vez de fazer história (Marques e Parron 2020: 249-151). A diferença, no caso, reside justamente na apropriação que é feita da história. No lugar de uma visão totalizante do passado, que busque avaliar suas implicações para o presente, esses estudos se limitam a selecionar casos que corroborem suas narrativas e validem os conceitos empregados. A história, portanto, é apreendida de forma utilitarista, sem que haja uma integração efetiva do passado — em sua totalidade — no longo processo de formação das desigualdades. Embora a narrativa desses estudos seja repleta de fatos históricos, ela é, no fim das contas, desprovida de história. Mais do que uma história econômica, esses autores produzem uma econometria retrospectiva, centrada em elementos selecionados do passado, incapazes de explicar o conjunto da realidade que eles pretendem explicar (Mariutti 2009).

Isso fica bem claro no modelo institucionalista, no qual o sucesso ou o fracasso de um país é explicado quase que exclusivamente por suas instituições nacionais. Nessa explicação internalista, os países evoluem e declinam de forma autônoma, sem

¹ Vale ressaltar que a perspectiva dos autores mudou com o passar do tempo. Em um artigo prévio, suas conclusões eram mais próximas das de Engerman e Robinson (Acemoglu et al. 2002).

contato significativo com o mundo externo. Ao contrário dos estudos das décadas de 1960 e 1970, não há qualquer relação sistêmica entre o enriquecimento de alguns países e o empobrecimento de outros, simplesmente porque a unidade de análise são os estados nacionais. No máximo, como no caso de Acemoglu e Robinson, essas relações aparecem como acidentais e fortuitas. Como destacaram de forma precisa Marques e Parron, nessas interpretações:

geopolítica, impérios, guerras, trocas desiguais, escravidão, tráfico negreiro transatlântico, poder disciplinar do capital financeiro, intervenções militares, apoios a ditaduras, financiamento internacional da imprensa, guerra cultural — esses males, que somados recobrem do início ao fim os cinco séculos da história do capitalismo, são todos eles contingenciais, episódicos, aleatoriamente distribuídos ao redor do planeta (Marques e Parron 2020: 243).

A princípio, esses problemas parecem ser evitados por Thomas Piketty, um dos principais autores que tem se dedicado ao estudo das desigualdades globais a partir de premissas bastante distintas daquelas dos institucionalistas. Em seu *best seller*, *O Capital no século XXI*, o economista francês trata da evolução da distribuição de riqueza “no longo prazo”, a partir de “lições” extraídas de “experiências históricas, cuja narrativa forma a principal trama do texto” (Piketty 2014: 9). Ao longo da obra, isso se reflete em um método que consiste em analisar um conjunto de séries históricas para mensurar a distribuição de renda e patrimônio em diversos países entre o final do século XIX e o início do XXI. Em diálogo com Kuznets — para quem a desigualdade é um fenômeno circunscrito aos períodos iniciais do processo de industrialização —, Piketty concluiu que a taxa de retorno sobre o capital supera sistematicamente a taxa de retorno sobre o trabalho. Diante disso, a diminuição da desigualdade entre 1914 e 1945 seria uma espécie de exceção histórica, provocada principalmente pelas guerras mundiais, não sendo perceptível em uma perspectiva de longa duração graças ao problema já mencionado, responsável por favorecer os detentores de propriedades (Piketty 2014: 233-264).

Apesar de anunciar uma visão de “longo prazo” e um foco em experiências históricas, o principal — e talvez único — exercício histórico do livro se resume ao capítulo 8, intitulado “Dois mundos”. Para analisar as desigualdades na França (e estabelecer uma comparação com os Estados Unidos), Piketty perpassa a história do século XX. Nesse percurso, entretanto, em vez de abordar um conjunto mais abrangente do passado, ele o examina exclusivamente a partir de dados econômicos de natureza quantificável, que são, na maioria das vezes, combinados com guerras e revoluções e com o papel decisivo de certas instituições. A história, nesse sentido, é basicamente resultado de uma interação entre movimentos econômicos e grandes mudanças políticas, com pouca ênfase no aspecto social. Além disso, ela aparece fragmentada

em estados nacionais, cada qual com sua própria trajetória a partir dessas variáveis. Tal qual os estudos institucionalistas, a relação entre as partes do sistema capitalista não importa. Por mais que alguns elementos sejam comuns a várias nações, suas trajetórias são analisadas de forma individual, como se existissem de forma isolada no mundo (Piketty 2014: 265-295).

Esse tipo de incursão na história foi parcialmente renovado na obra mais recente de Piketty, de 2022, intitulada *Uma breve história da desigualdade*. Nessa “nova perspectiva sobre a história da desigualdade”, fortemente influenciada pela ideia de uma “história comparada”, o autor inscreve o tema dentro de um quadro mais amplo que o do primeiro livro. A luta pela igualdade é, em suas palavras, uma “batalha que começou há muito tempo e precisa ser continuada no século XXI”. Para apreender esse movimento, que não foi nem linear nem progressivo, Piketty sugere a necessidade de “retornar às lições da história e transcender as fronteiras nacionais e disciplinares”. No melhor sentido da “história mestra da vida”, o economista francês considerou que entender o passado é a melhor estratégia para organizar as lutas do presente e, assim, disputar politicamente o futuro (Piketty 2022: viii, 1-2).

Como isso é feito ao longo da obra? Fundamentalmente, da mesma forma que Piketty fez em *O capital no século XXI*. Embora o autor tenha optado, dessa vez, por abordar as desigualdades sob a perspectiva da história do colonialismo e da escravidão — dimensão ausente no estudo anterior —, a abordagem histórica adotada permanece semelhante à do seu livro de maior sucesso. As variáveis que geraram as desigualdades são basicamente as crises econômicas, as revoluções e/ou as guerras e determinados arranjos institucionais. A principal diferença reside na tentativa de Piketty de evitar o nacionalismo metodológico que caracterizou sua primeira obra. Ao adotar a “economia-mundo” como categoria de análise, ele buscou examinar as relações entre os estados nacionais (e entre metrópoles e colônias) dentro do sistema capitalista (Piketty 2022).

O problema é que as propostas de Piketty para reduzir as desigualdades ficam, quase sempre, desconectadas do mundo que gerou essas mesmas desigualdades. Se em *O capital no século XXI* a proposta era criar impostos globais sobre a riqueza e aprofundar a experiência do estado democrático de bem-estar social, em *Uma breve história da igualdade*, a solução envolve as mesmas propostas, somadas a outras práticas como o investimento em educação e a criação de ações afirmativas baseadas em critérios sociais. Em última análise, os processos históricos que geraram as desigualdades estão desvinculados das soluções apresentadas para esses problemas sociais. Mesmo ao mencionar “lições da história”, a concepção histórica de Piketty acaba levando-o a dissociar seus projetos de igualdade social das variáveis históricas responsáveis por gerar as desigualdades no tempo presente. Com isso, ele acaba reproduzindo, ainda

que involuntariamente, alguns dos problemas identificados na escola institucionalista (Piketty 2014: 457–544, 2022: 68-94 226-246).

O ponto é que esses trabalhos — tanto os institucionalistas quanto os de Piketty — acabaram colocando o debate sobre a desigualdade econômica em uma encruzilhada. Para registrar um novo salto no entendimento da formação das desigualdades e na formulação de soluções para esses problemas, será necessário superar as armadilhas interpretativas que eles criaram. Na última seção, sugiro um caminho que evite essas armadilhas. A ideia não é simplesmente retomar a perspectiva cepalina, da Teoria da Dependência ou do sistema-mundo, mas aprofundar os caminhos por eles abertos, incorporando a eles a teoria da multiplicidade dos tempos históricos.

5. A pluralidade dos tempos históricos

Como já mencionado, um dos principais elementos que marcou o pensamento sobre as desigualdades desde o pós-guerra foi a forma (frequentemente reducionista) com a qual os autores trabalharam com a História. Se em alguns casos a história foi completamente desconsiderada nas explicações das desigualdades econômicas globais, seu uso variou, quase sempre, entre o simplismo e o utilitarismo. Para solucionar esse problema, considero necessário evitar uma visão única e linear do tempo histórico. No lugar dela, gostaria de propor uma perspectiva mais alinhada com a tradição historiográfica, baseada na ideia de tempos plurais de Fernand Braudel e de “estratos do tempo” de Reinhart Koselleck. Acredito que, em conjunto, essas perspectivas são capazes de aprofundar os estudos sobre as desigualdades, trazendo a história para o centro das análises sobre o passado e o presente.

A primeira tentativa consistente de conceber a pluralidade dos tempos históricos remonta à obra clássica de Fernand Braudel, *O Mediterrâneo e o mundo mediterrâneo na época de Filipe II* (Braudel 2016 [1949]). Escrito em meio aos combates da Segunda Guerra Mundial, esse livro foi fruto da tese de doutorado que Braudel defendeu na Universidade de Sorbonne dois anos antes de sua publicação. Com uma perspectiva inovadora, centrada no conceito de geo-história, o autor abordou um espaço (o Mediterrâneo), considerando-o uma unidade ao mesmo tempo humana e geográfica — duas dimensões que se inter-relacionaram ao longo do tempo. Se o livro é um marco por integrar História e Geografia — em clara oposição ao determinismo geográfico ainda presente na época —, suas implicações transcenderam o espaço e o tempo estudados por Braudel.

A principal dessas implicações foi provavelmente a discussão sobre os diversos ritmos do tempo histórico, sobretudo no que diz respeito à “longa duração”. Concebida como uma estrutura — e não como uma cronologia ou um recorte temporal mais extenso,

como fazem muitos estudiosos —, essa duração representa uma realidade (política, econômica, social ou cultural) que persiste ao longo do tempo, mantendo-se viva por séculos e até milênios. Ao contrário do que alguns podem entender, essa estrutura não é estática, possuindo um ritmo próprio de mudanças, marcado por “lentas transformações, feito muitas vezes de insistentes retornos, de ciclos permanentemente reiniciados” (Braudel 2016 [1949]: 63). Nesse sentido, ela difere substancialmente da história conjuntural (ou média duração), que possui ritmos mais acelerados que a anterior, e da história dos acontecimentos (ou curta duração), cuja velocidade de transformação é muito maior.

Apesar de essa diferenciação ter sido apresentada de forma clara em *O Mediterrâneo*, Braudel não sistematizou seu pensamento sobre os tempos históricos em sua principal obra. Isso viria a ocorrer no artigo “História de ciências sociais: a longa duração”, de 1958. Na ocasião, o autor refletiu sobre as inter-relações das ciências humanas e sobre o lugar da História nesse conjunto. De acordo com ele, para que essa reunião fosse completa, seria necessário que as ciências sociais correlatas incorporassem “uma noção cada vez mais precisa da multiplicidade do tempo e do valor excepcional do tempo longo” (Braudel 2013 [1967]: 44). Longe de reduzir a História a um conjunto de eventos, como frequentemente se faz, Braudel convidou os demais cientistas sociais a enxergar esses fatos como manifestações de “movimentos muito profundos” que remetem a “um tempo muito superior à sua própria duração” (Braudel 2013 [1967]: 45).

A partir dessa premissa, o autor propôs para as ciências humanas uma metodologia profundamente calcada na ideia do tempo. De acordo com ele, a análise de um determinado tema, como a desigualdade econômica, deve levar em conta a relação dialética entre uma “história consciente” (da experiência humana) e uma “história inconsciente” (das estruturas, que permeiam as ações humanas) (Braudel 2013 [1967]: 60-61). Nas palavras de Braudel, “a pesquisa deve ser sempre conduzida, da realidade social [história consciente] ao modelo [história inconsciente e tempo longo], depois deste àquela, e assim por diante, por uma sequência de retoques, de viagens pacientemente renovadas”. À medida que a “ampulheta fosse inclinada nos dois sentidos — do evento para a estrutura, depois das estruturas e dos modelos para o evento”, a duração dos tempos históricos estaria contemplada pela análise (Braudel 2013 [1967]: 68 e 75).

As proposições de Braudel apresentavam uma afinidade considerável com o método proposto por Jean-Paul Sartre em *Questão de método* (1972). No entanto, a dimensão temporal dessa discussão ganhou novos contornos com o historiador alemão Reinhart Koselleck, que se dedicou ao tema em uma série de artigos reunidos nas coletâneas *Futuro passado* (2006 [1979]) e *Estratos do tempo* (2014 [2000]).

Partindo das proposições de Braudel, o autor explorou as inflexões do tempo histórico na modernidade. Sua primeira constatação é que a modernidade é um período caracterizado pela temporalização da história. À medida que, a partir do século XVIII, a filosofia da história se aproximou cada vez mais da ideia de progresso, ampliando a tensão entre “espaço de experiência” e “horizonte de expectativas”, o ritmo do tempo tendeu a se acelerar. Aliada às transformações tecnológicas cada vez mais acentuadas que acompanharam a Revolução Industrial, essa aceleração marcaria uma forma inédita de apreensão do tempo por parte dos sujeitos históricos (Koselleck 2006 [1979]).

Essa aceleração, todavia, não chegou a eliminar uma das principais características do tempo histórico: sua multiplicidade. Como Koselleck observa, a história é composta por uma série de “estratos de tempo”, que fazem com que o mundo contemporâneo seja formado por elementos não contemporâneos — ideia sintetizada pela expressão *gleichzeitigkeit des ungleichzeitigen*, em alemão. Na formulação de Braudel, que explica com felicidade o conceito koselleckiano, a contemporaneidade contém, em si, “o tempo de hoje, de ontem, de anteontem e de outrora” (Braudel 2013 [1967]: 54). Esses estratos de tempo que se repetem ao longo da história permitem, condicionam e restringem as possibilidades de ação humana, ao mesmo tempo que as geram. A questão é que essas ações humanas contêm, segundo Koselleck, diferentes estruturas de repetição, com ritmos temporais próprios, que se entrelaçam de formas particulares a partir desses ritmos (Koselleck 2014 [2000]).

Qual a importância dessa discussão para os propósitos deste texto? Se considerarmos que o mundo é composto por múltiplas desigualdades e que cada uma delas foi formada a partir de ritmos históricos distintos, ainda que relacionados, me parece necessário refletir sobre os estratos de tempo que envolvem essas mesmas desigualdades. Como elas contêm, em si, o tempo de hoje, de ontem, de anteontem e de outrora, as reflexões científicas e as políticas públicas devem levar em conta a multiplicidade do tempo histórico. Isso implica integrar a História às narrativas sobre as desigualdades, mas de uma forma diferente da que tem sido adotada até o momento. O uso da história não pode se limitar a um conjunto de referências a casos de sucesso ou fracasso, a projetos singulares de modernização ou a discursos que a desconsideram na formulação de propostas para uma sociedade mais justa e igualitária. Ao contrário, a ideia de multiplicidade dos tempos históricos desenvolvida por Braudel e Koselleck pode orientar não apenas a compreensão dos processos históricos que produziram as desigualdades, mas sobretudo a análise de como as realidades pretéritas permanecem, em muitos sentidos, vivas em nosso próprio tempo.

É preciso reconhecer, no entanto, que considerar a multiplicidade dos tempos históricos implica a adoção de uma concepção de história mais alinhada à perspectiva de uma

História Global. Conforme destacado por Sebastian Conrad em *What's Global History?*, existem muitas e variadas interpretações do significado desse tipo de perspectiva, a depender das matrizes teóricas que servem de referência para os investigadores. De acordo com ele, o ramo da História Global que oferece maior potencial para as investigações é aquele que considera as “integrações sistêmicas” entre os diversos espaços, países ou regiões (Conrad 2015). Essa é uma forma de pensar muito afinada à proposta de “história total” formulada por Braudel. Ao rejeitar a ideia do nacionalismo metodológico, tal qual André Gunder Frank e Immanuel Wallerstein, o historiador francês propôs em seu lugar uma unidade de análise mais ampla. No caso de Braudel, esse projeto foi ainda mais ambicioso, buscando integrar as dimensões econômica, social, cultural e política a partir de suas múltiplas dimensões temporais.

Essa me parece uma excelente saída para os impasses enfrentados atualmente pelos estudos sobre as desigualdades. Mais do que analisar as desigualdades econômicas, raciais, de gênero e de classe em uma dimensão nacional (mesmo que comparativa), é preciso abordar o tema, a um só tempo, em sua totalidade. Com isso, não estou sugerindo que seja necessário abraçar o mundo no passado e no presente. Pelo contrário, é fundamental ter em mente que a unidade de análise mais ampla (a totalidade histórica) deve estar em constante diálogo com a unidade de observação (o objeto estudado) (McMichael 1990; Tomich 2004). Um estudo sobre gênero, por exemplo, não precisa ficar circunscrito à questão de gênero, uma vez que o tempo do capitalismo, da formação dos estados nacionais e dos preceitos de determinadas religiões conformou significativamente as desigualdades entre homens e mulheres. Saber virar a ampulheta nos dois sentidos, como sugeriu Braudel, é essencial para evitar que uma unidade de observação limite nossa visão da unidade de análise mais ampla. Esse procedimento é fundamental para inserir a noção de “contemporaneidade do não contemporâneo” na discussão sobre as desigualdades e, assim, avançar em um campo que ainda apresenta muitas brechas para tal.

Para isso, é preciso imaginar o mundo e a pesquisa acadêmica de uma forma diferente do habitual, como nos sugeriu John Lennon. Caso as ideias apresentadas possam parecer incomuns ou até estranhas às discussões atuais sobre as desigualdades econômicas, convido os pesquisadores a se juntarem a esse esforço, que já reúne alguns nomes da historiografia. Ele pode ser crucial não apenas para interpretar o mundo e a contemporaneidade (presente e passado reunidos), mas também para formular soluções capazes de enfrentar os principais problemas que afligem uma humanidade integrada pelo capitalismo histórico.

6. Bibliografia

- Acemoglu, Daron; Johnson, Simon e Robinson, James A. (2002): “Reversal of Fortune: Geography and Institutions in the Making of the Modern World Income Distribution”, em: *The Quarterly Journal of Economics*, 117, 4, 1231–1294.
- Acemoglu, Daron e Robinson, James (2022): *Por que as nações fracassam: As origens do poder, da prosperidade e da pobreza*, São Paulo: Intrínseca.
- Arrighi, Giovanni (1994): *The Long Twentieth Century: Money, Power, and the Origins of our Times*, Londres: Verso.
- Braudel, Fernand (2013 [1967]): *Escritos sobre a história*, São Paulo: Perspectiva.
- (2016 [1949]): *O Mediterrâneo e o mundo mediterrâneo na época de Filipe II*, São Paulo: Edusp.
- Cardoso, Fernando Henrique e Faletto, Enzo (1969): *Dependencia y desarrollo en America Latina. Ensayo de interpretación sociológica*, Cidade do México: Siglo Veintiuno Editores.
- Conrad, Sebastian (2015): *What is Global History?*, Princeton: Princeton University Press.
- Engerman, Stanley L. e Sokoloff, Kenneth L. (1997): “Factor Endowments, Institutions, and Differential Paths of Growth among New World Economies: A View from Economic Historians of the United States”, em: Haber, Stephen (ed.), *How Latin America Fell Behind: Essays on Economic Histories of Brazil and Mexico, 1800-1914*, Stanford: Stanford University Press, 260–306.
- (2012): *Economic Development in the Americas since 1500: Endowments and Institutions*, Cambridge: Cambridge University Press.
- Ferreras, Norberto O. (ed.) (2020): *Desigualdades globais e sociais em perspectiva temporal e espacial*, São Paulo: Hucitec.
- Fukuyama, Francis (1992): *The End of History and The Last Man*, Nova York: The Free Press.
- Furtado, Celso (2000 [1958]): *Formação econômica do Brasil*, São Paulo: Companhia Editora Nacional; Publifolha.
- (2000 [1967]): *Teoria e política do desenvolvimento*, São Paulo: Paz & Terra.

(2009 [1961]): *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*, Rio de Janeiro: Contraponto; Centro Internacional Celso Furtado.

Gunder Frank, André (1967): *Capitalism and Underdevelopment in Latin America: Historical Studies of Chile and Brazil*, Nova York: Monthly Review Press.

Gurrieri, Adolfo (ed.) (2011 [1949]): *O Manifesto latino-americano e outros ensaios*, Rio de Janeiro: Contraponto; Centro Internacional Celso Furtado.

Haber, Stephen (ed.) (1997): *How Latin America Fell Behind: Essays on Economic Histories of Brazil and Mexico, 1800-1914*, Stanford: Stanford University Press.

Hopkins, Terrence K. e Wallerstein, Immanuel (1977): “Patterns of Development of the Modern World-System”, em: *Review Fernand Braudel Center*, 1, 2, 111–145.

Keynes, John M. (1935): *The General Theory of Employment, Interest, and Money*, Nova York: Harcourt, Brace and Company.

Koselleck, Reinhart (2006 [1979]): *Futuro passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos*, Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio.

(2014 [2000]): *Estratos do tempo: Estudos sobre História*, Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio.

Latham, Michael E. (2011): *The Right Kind of Revolution: Modernization, Development, and U.S. Foreign Policy from the Cold War to the Present*, Ithaca: Cornell University Press.

Mariutti, Eduardo Barros (2009): *Colonialismo, imperialismo e o desenvolvimento econômico europeu*, São Paulo: Hucitec.

Marques, Leonardo e Parron, Tâmis (2020): “Os sete pecados capitais da literatura sobre desigualdades”, em: Ferreras, Norberto O. (ed.), *Desigualdades globais e sociais em perspectiva temporal e espacial*, São Paulo: Hucitec, 234–275.

McMichael, Philip (1984): *Settlers and the Agrarian Question: Foundations of Capitalism in Colonial Australia*, Londres: Cambridge University Press.

(1990): “Incorporating Comparison within a World-Historical Perspective: An Alternative Comparative Method”, em: *American Sociological Review*, 55, 3, 385–397.

- North, Douglas C. (1981): *Structure and Change in Economic History*, Nova York: W. W. Norton & Company.
- North, Douglas C. e Thomas, Robert Paul (1973): *The Rise of the Western World: A New Economic History*, Cambridge: Cambridge University Press.
- Piketty, Thomas (2014): *O capital no século XXI*, Rio de Janeiro: Intrínseca.
- (2022): *Uma breve história da igualdade*, Rio de Janeiro: Intrínseca.
- Prebisch, Raul (2011 [1949]): “O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus principais problemas”, em: Gurrieri, Adolfo (ed.), *O Manifesto Latino-Americano e outros ensaios*, Rio de Janeiro: Contraponto; Centro Internacional Celso Furtado, 95–152.
- Rostow, Walt (1960): *The Stages of Economic Growth: A Non-Communist Manifesto*, Cambridge: Cambridge University Press.
- Ruvituso, Clara (2020): “From the South to the North: The Circulation of Latin America Dependency Theories in the Federal Republic of Germany”, em: *Current Sociology*, 68, 1, 22–40.
- Smith, Adam (2016 [1776]): *A riqueza das nações*, São Paulo: WMF Martins Fontes.
- Tomich, Dale (2004): *Through the Prism of Slavery: Labour, Capital, and World Economy*, Nova York: Rowman & Littlefield Publishers.
- Wallerstein, Immanuel (2000): *The Essential Wallerstein*, New York: The New Press.
- (2011 [1974]): *The Modern World-System*, Berkeley: University of California Press.
- Wasserman, Claudia (2017): *A teoria da dependência: Do nacional-desenvolvimentismo ao neoliberalismo*, Rio de Janeiro: Ed. FGV.

Working Papers published since 2017:

1. Maria Sybilla Merian International Centre for Advanced Studies in the Humanities and Social Sciences Conviviality-Inequality in Latin America (Mecila) (2017): "Conviviality in Unequal Societies: Perspectives from Latin America: Thematic Scope and Preliminary Research Programme".
2. Müller, Gesine (2018): "Conviviality in (Post)Colonial Societies: Caribbean Literature in the Nineteenth Century".
3. Adloff, Frank (2018): "Practices of Conviviality and the Social and Political Theory of Convivialism".
4. Montero, Paula (2018): "Syncretism and Pluralism in the Configuration of Religious Diversity in Brazil".
5. Appadurai, Arjun (2018): "The Risks of Dialogue".
6. Inuca Lechón, José Benjamín (2018): "Llaktapura sumak kawsay / Vida plena entre pueblos. Un concepto emancipatorio de las nacionalidades del Ecuador".
7. Wade, Peter (2018): "*Mestizaje* and Conviviality in Brazil, Colombia and Mexico".
8. Graubart, Karen (2018): "Imperial Conviviality: What Medieval Spanish Legal Practice Can Teach Us about Colonial Latin America".
9. Gutiérrez, Felipe Castro (2018): "La violencia rutinaria y los límites de la convivencia en una sociedad colonial".
10. Wasser, Nicolas (2018): "The Affects of Conviviality-Inequality in Female Domestic Labour".
11. Segura, Ramiro (2019): "Convivialidad en ciudades latinoamericanas. Un ensayo bibliográfico desde la antropología".
12. Scarato, Luciane (2019): "Conviviality through Time in Brazil, Mexico, Peru, and Río de la Plata".
13. Barreneche, Osvaldo (2019): "Conviviality, Diversidad, Fraternidad. Conceptos en diálogo".
14. Heil, Tilmann (2019): "Conviviality on the Brink".

15. Manzi, Maya (2019): "Fighting against or Coexisting with Drought? Conviviality, Inequality and Peasant Mobility in Northeast Brazil".
16. Guiteras Mombiola, Anna (2019): "School Centres for 'Savages': In Pursuit of a Convivial Sociability in the Bolivian Amazon".
17. Costa, Sérgio (2019): "The Neglected Nexus between Conviviality and Inequality".
18. Banzato, Guillermo (2019): "Soberanía del conocimiento para superar inequidades. Políticas de Acceso Abierto para revistas científicas en América Latina".
19. Gil Montero, Raquel and Albiez, Sarah (2019): "Conviviality as a Tool for Creating Networks: The Case of an Early Modern Global Peasant Traveler".
20. Briones, Claudia (2019): "Políticas contemporáneas de convivialidad. Aportes desde los pueblos originarios de América Latina".
21. Rojas Scheffer, Raquel (2020): "Articulating Differences and Inequalities: Paid Domestic Workers' and Housewives' Struggles for Rights in Uruguay and Paraguay".
22. Potthast, Barbara (2020): "*Mestizaje* and Conviviality in Paraguay".
23. Mailhe, Alejandra (2020): "¿Legados prestigiosos? La revalorización del sustrato cultural indígena en la construcción identitaria argentina, entre fines del siglo XIX y los años treinta".
24. Sigsfeld, Julia von (2020): "Ancestral Knowledges and the Ecuadorian Knowledge Society".
25. Baldraia, Fernando (2020): "Epistemologies for Conviviality, or Zumbification".
26. Feltran, Gabriel (2020): "Marginal Conviviality: On Inequalities and Violence Reproduction".
27. Rojas Scheffer, Raquel (2020): "Physically Close, Socially Distant: Paid Domestic Work and (Dis-)Encounters in Latin America's Private Households".
28. Gil Montero, Raquel (2020): "Esclavitud, servidumbre y libertad en Charcas".
29. Manzi, Maya (2020): "More-Than-Human Conviviality-Inequality in Latin America".

30. Klengel, Susanne (2020): "Pandemic Avant-Garde: Urban Coexistence in Mário de Andrade's *Pauliceia Desvairada* (1922) After the Spanish Flu".
31. Gomes, Nilma L. (2021): "Antiracism in Times of Uncertainty: The Brazilian Black Movement and Emancipatory Knowledges".
32. Rocha, Camila (2021): "The New Brazilian Right and the Public Sphere".
33. Boesten, Jan (2021): "Violence and Democracy in Colombia: The Conviviality of Citizenship Defects in Colombia's Nation-State".
34. Pappas, Gregory F. (2021): "Horizontal Models of Conviviality or Radical Democracy in the Americas: Zapatistas, Boggs Center, Casa Pueblo".
35. Gutiérrez Rodríguez, Encarnación (2021): "Entangled Migrations: The Coloniality of Migration and Creolizing Conviviality".
36. Reis, João José (2021): "Slaves Who Owned Slaves in Nineteenth-Century Bahia, Brazil".
37. Streva, Juliana M. (2021): "*Aquilombar* Democracy: Fugitive Routes from the End of the World".
38. Chicote, Gloria (2021): "Los tortuosos pactos de convivencia en *El juguete rabioso* de Roberto Arlt".
39. Penna, Clemente (2021): "The Saga of Teofila: Slavery and Credit Circulation in 19th-Century Rio de Janeiro".
40. Cohen, Yves (2021): "Horizontality in the 2010s: Social Movements, Collective Activities, Social Fabric, and Conviviality".
41. Tosold, Léa (2021): "The Quilombo as a Regime of Conviviality: *Sentipensando* Memory Politics with Beatriz Nascimento".
42. Estrada, Jorge (2022): "Ruthless Desires of Living Together in Roberto Bolaño's *2666*: Conviviality between *Potestas* and *Potentia*".
43. Stefan, Madalina (2022): "Conviviality, Ecocriticism and the Anthropocene: An Approach to Postcolonial Resistance and Ecofeminism in the Latin American Jungle Novel".
44. Teixeira, Mariana (2022): "Vulnerability: A Critical Tool for Conviviality-Inequality Studies".
45. Costa, Sérgio (2022): "Unequal and Divided: The Middle Classes in Contemporary Brazil".
46. Suárez, Nicolás (2022): "Museos del cine latinoamericanos: Políticas de preservación fílmica en contextos conviviales y desiguales".

47. Wanschelbaum, Cinthia (2022): "El proyecto educativo conservador del gobierno de Macri y los vínculos con actores privados".
48. Rojas Scheffer, Raquel (2022): "Another Turn of the Screw: The COVID-19 Crisis and the Reinforced Separation of Capital and Care".
49. Pinedo, Jerónimo (2022): "'¿Cómo se vivió aquí en la pandemia?'. La trama convivial de la covid-19".
50. Schultz, Susanne (2022): "Intersectional Convivialities: Brazilian Black and Popular Feminists Debating the *Justiça Reprodutiva* Agenda and Allyship Framework".
51. Castellón Osegueda, José Ricardo (2022): "Inequidades y convivialidades en movimiento. La familia y los inicios de la migración del Triángulo Norte de Centroamérica hacia los Estados Unidos".
52. Moschkovich, Marília (2023): "'Família' e a nova gramática dos direitos humanos no governo de Jair Bolsonaro (2019-2021)".
53. Kessler, Gabriel; Vommaro, Gabriel y Assusa, Gonzalo (2023): "El proceso de polarización en América Latina: entre la secularización y el conflicto distributivo".
54. Dünne, Jörg (2023): "Interspecific Contact Scenes: Humans and Street Dogs in the Margins of the City".
55. Toji, Simone (2023): "Conviviality-in-Action: Of Silence and Memory in the Cultural Performance of Generations of Japanese Migrants in a Riverine Town in Brazil".
56. Piovani, Juan Ignacio; Alzugaray, Lucas; Peiró, María Laura y Santa Maria, Juliana (2023): "Convivialidad en el ámbito doméstico. Arreglos familiares y relaciones de género en los hogares del Área Metropolitana de Buenos Aires durante la pandemia de Covid-19".
57. Flamand, Laura; Alba Vega, Carlos; Aparicio, Rosario y Serna, Erick (2023): "Trabajo remunerado y de cuidados en la Ciudad de México. Los efectos de la pandemia de covid-19 sobre las desigualdades sociales y la convivialidad".
58. O'Leary, Jessica (2023): "The Trial of Íria Álvares: Conviviality and Inequality in the Portuguese Inquisition Records".
59. Brun, Élodie y Carrillo, Jesús (2023): "La política global como una 'configuración convivial': hacia un entendimiento holístico de las desigualdades mundiales interestatales".

60. Costa, Sérgio; Teixeira, Mariana, and Mattos, Thomás (2023): "Conviviality-Inequality during the Pandemic: The Case of Berlin".
61. Massuchetto, Vanessa (2023): "Women, Normativities, and Scandal: The Crime of Concubinage through Conviviality Lenses in Southern Portuguese America in the Late 18th Century".
62. Durão, Susana (2023): "Conviviality in Inequality: Security in the City (São Paulo)".
63. Torquato, Ana Carolina (2023): "Animal Display in Fiction: Clarice Lispector's 'O búfalo' and Other Stories Framing Animal Captivity".
64. Kolb, Patrizia (2024): "The Impact of the Corona Crisis on the Gender Gap in Care Work And Housework".
65. Schapira, Raphael (2024): "Brazilian Jiu-jitsu as a Marker of Whiteness and Anti-Blackness: Embodying Inclusive Conservative Conviviality in Rio de Janeiro".
66. Callsen, Berit (2024): "Liquid Conviviality in Chilean Documentary Film: Dynamics of Confluences and Counter/fluences".
67. Moszczyńska, Joanna M. (2024): "Truths That Hurt: Socialist Affects and Conviviality in the Literary Journalism of Gabriel García Márquez and Ryszard Kapuściński".
68. Bianchi, Guilherme (2024): "As formas da comunidade: convivialidade, corpo e política pós-conflito entre os Ashaninka do rio Ene (Amazônia peruana)".
69. Gandhi, Ajay (2024): "The Porous and the Pure: An Artifactual History of Ties Between Asia, Europe, and Latin America".
70. Medeiros da Silva, Mário Augusto (2024): "Social Memory, Conviviality, and Contemporary Antiracism: Valongo, Pretos Novos, Aflitos, and Saracura".
71. Etzold, Jörn (2024) "Theatres of the Proto-Judicial".
72. Brage, Eugenia (2024): "Tramas populares-comunitarias de convivialidad. Reflexiones en torno a la sostenibilidad de la vida y la producción de lo común en contextos transfronterizos".
73. Strasser, Melanie (2024): "Receiving Words: Towards a Poetics of Hospitality".

74. Gil Mariño, Cecilia Nuria (2024): "Reversos de la oscuridad. Fantasías, erotismo y acosos en las salas de cine de Buenos Aires y São Paulo en la primera mitad del siglo XX".
75. Costa, Sérgio; Cavalcanti, Mariana; Domingues, José Maurício; Knöbl, Wolfgang (2024): "On the Earth Ethic: Interview with Dipesh Chakrabarty".
76. Fischer, Georg (2024): "Agrarian Colonization and the Problem of Conviviality-Inequality in Twentieth-Century Latin America".
77. Alarcón López, Cristina (2024): "¿Música de derecha? Imaginarios de convivialidad en los anuncios y jingles de candidatos presidenciales de derecha de Chile y Argentina".
78. Rosa, Allan da (2024): "Apresento o meu amigo! O que ele merece?: Lábia, estéticas afrodiaspóricas, jogo e convivialidade entre negros de São Paulo".
79. Witthaus, Jan-Henrik (2025): "Mapeando 'soberanías menores' en la narrativa sobre el narcotráfico. Entre México y Colombia".
80. Meireles, Flavia (2025): "Corpo-território: Práticas artísticas e ativismo indígena".
81. Melo, Rúrion (2025): "When Conviviality Hides Inequality: Lélia Gonzalez on Brazilian Racial Democracy".
82. Marins, Cristina T. (2025): "Perceptions of Precariousness and Entrepreneurship among Informal Workers in the Platform Economy".
83. Blokland, Talja (2025): "The Metropolis and its Social Life: Conviviality, Urban Studies, and Thoughts on Thugs".
84. Sigsfeld, Julia von (2025): "Restitution and Postcolonial Justice: A Dialogical Approach".
85. Suarez, Marcial A. G. (2025): "Transnational Organized Crime and Hybrid Governance in Latin America: The Case of Forced Disappearance in Mexico".
86. Youssef, Alain El (2025): "Desigualdades econômicas em perspectiva histórica: Notas sobre a teoria dos tempos históricos".



UNIVERSITÄT
ZU KÖLN



Ibero-Amerikanisches
Institut
Preußischer Kulturbesitz



CEBRAP
centro brasileiro de análise e planejamento



IdIHCS | Instituto de Investigaciones en
Humanidades y Ciencias Sociales



EL COLEGIO
DE MÉXICO



The Maria Sibylla Merian Centre Conviviality-Inequality in Latin America (Mecila) was founded in April 2017 by three German and four Latin American partner institutions and is funded by the German Federal Ministry of Research, Technology and Space (BMFTR). The participating researchers investigate coexistence in unequal societies from an interdisciplinary and global perspective. The following institutions are involved: Freie Universität Berlin, Ibero-Amerikanisches Institut/Stiftung Preußischer Kulturbesitz, Universität zu Köln, Universidade de São Paulo (USP), Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP), IdIHCS (CONICET/Universidad Nacional de La Plata), and El Colegio de México. Further information at <http://www.mecila.net>.

Contact

Coordination Office
Maria Sybilla Merian Centre
Conviviality-Inequality in Latin America

Rua Morgado de Mateus, 615
São Paulo – SP
CEP 04015-051
Brazil

mecila@cebrap.org.br

With funding from the:



Federal Ministry
of Research, Technology
and Space